

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE AS MOBILIZAÇÕES DO MST-BA PELO DIREITO À ESCOLA DURANTE A DÉCADA DE 1990

Maria Nalva Rodrigues de Araújo
Universidade do Estado da Bahia-
UNEB/Campus X
nalvaraujo@yahoo.com.br

Introdução

Ao olharmos para a história da educação brasileira, observa-se que esta tem sido o registro de uma dívida histórica para com as classes populares, em especial, as de meio rural. Dados oficiais constataam déficits quantitativos e qualitativos. Pesquisa realizada pelo INEP/FIPE/USP em 2004, nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, constata que 96% das crianças do campo até três anos de idade não freqüentam a educação infantil; de 4 a 6 anos, 53% das crianças não freqüentam a escola, e das que freqüentam, 52% estão na série indicada e 48% estão fora da série indicada para a sua idade.

No Estado da Bahia, no que diz respeito à educação, dados do IBGE de 2001 indicam que existem 18,8% de pessoas analfabetas, o que contabiliza dois milhões de pessoas, índice bem acima da média nacional que é de 13,3%.

O acesso das populações camponesas à educação escolar constitui ainda enormes desafios para a sociedade brasileira. Deste modo, a luta pela escola é uma temática das classes populares e justifica muitos debates sobre ela.

Os povos do campo, organizados em movimentos de lutas, ao perceberem a importância estratégica da escola para o desenvolvimento dos assentamentos e o avanço do projeto de reforma agrária como parte do seu projeto histórico, aliam a luta pelo acesso à terra à luta pela democratização da escola.

É neste contexto que se situa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre outros fatores, o MST nasceu objetivando romper as estruturas da propriedade da terra no País, ou seja, lutar pela terra e pela Reforma Agrária, buscando dar continuidade ao processo histórico de conquista da emancipação e da liberdade,

objetivos almeçados por outros movimentos camponeses¹ que, no decorrer desses quinhentos anos de história resistem e disputam a posse da terra no Brasil.

Com a conquista da terra, os trabalhadores caminham em direção à conquista de outros direitos, entre eles o acesso e permanência na educação escolar. Para isso buscam, através de lutas sociais, terem acesso aos bens materiais, até então negados aos trabalhadores brasileiros, em especial aos camponeses. Desta maneira põe em evidência o debate e a luta pelo direito ao trabalho, à terra e ao conhecimento.

Objetiva-se com este texto registrar as lutas por escolas empreendidas pelo MST na singularidade da região Extremo Sul do Estado da Bahia durante a década de 90 do século XX, Década essa proclamada pelos organismos internacionais como a década da “Educação para todos”.

A luta por escolas não é novidade na história da classe trabalhadora

As lutas pela democratização do acesso à escola como dever do Estado, não constituem uma novidade na história da educação das classes populares brasileiras e têm sido objeto de várias pesquisas e produções acadêmicas.

Paiva (1999) afirma que, a história dos trabalhadores dos diversos países europeus demonstra que estes vêm lutando pela escola básica, a luta pela escola fez parte, na verdade, entre os interesses dos trabalhadores e dos donos do capital e nela, os primeiros, tem defendido a escola como obrigação do Estado (...) pronunciando-se pela escola comum que elimina a distinção entre a “formação” num sentido mais amplo e a educação voltada para o trabalho, bem como as barreiras levantadas contra o livre acesso (...) a níveis superiores de Educação. Essa é uma luta que ainda se está travando em países capitalistas avançados (PAIVA, 1999, pp.21-22).

No Brasil, vários estudos têm sido elaborados enfocando os diferentes períodos históricos e, mais recentemente, mostrando que ela continua fazendo parte da agenda dos diversos movimentos sociais da cidade ou do campo.

Spósito em seus trabalhos: “*O povo vai à escola*” e “*Ilusão Fecunda - a luta por educação nos movimentos populares*”, reconstitui a luta pela ampliação das ofertas educacionais na cidade de São Paulo. Na primeira pesquisa, a autora retrata a luta pela

¹ As referências feitas tratam das inúmeras lutas e movimentos de resistência pela posse da terra: Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, entre outros.

criação de novos ginásios públicos, naquela cidade, entre as décadas de 40 e 70. Na segunda (1993), continua a reflexão sobre as lutas por educação a partir dos movimentos populares. O trabalho de Spósito (1999) inaugura outra perspectiva de análise e interpretação da oferta/ ampliação dos serviços educacionais, na medida em que a autora enfoca a questão da democratização do acesso como uma conquista dos movimentos populares, ao contrário das análises que privilegiam a ótica da concessão por parte do Estado Brasileiro.

Ainda nesta perspectiva, há que se acrescentar o trabalho de Campos (1989), realizado com as populações dos bairros operários de Belo Horizonte, no qual o autor faz uma análise macro-histórica do desenvolvimento capitalista no Brasil, nas décadas 70 e 80, bem como as transformações decorrentes, aliando-as ao crescimento dos bairros populares em questão e promovendo a exclusão dos trabalhadores, tanto dos meios de produção, como do acesso aos serviços sociais básicos, dentre eles, os escolares.

Ao analisar a luta dos trabalhadores pelo acesso à escola, Campos (1989) aponta que, as lutas apresentavam como características importantes o fato de serem entendidas como lutas por direitos sociais elementares, com ênfase nos aspectos do direito ao acesso à educação escolar, à permanência na escola, à progressão na vida escolar e à utilização das escolas para manifestações culturais e associativas dos moradores, entre outras reivindicações (CAMPOS, 1989, p.18).

Quanto aos estudos da educação escolar no campo brasileiro, há também que se apontar a existência de inúmeros trabalhos de pesquisa que enfocam, desde a situação real das escolas e suas deficiências, até estudos que trabalham com representações sociais acerca da importância e da valorização do saber escolar pelos trabalhadores rurais.

Tais estudos contrariam a representação dominante oficial de que o homem do campo possui visões atrasadas, em decorrência do descaso para com o saber formal. Pelo contrário, Andrade ressalta que, o trabalhador da terra sempre demonstrou interesse pela educação escolar, tendo se registrado demandas sempre maiores do que as ofertas escolares efetivas. (ANDRADE, 1997)

Nas últimas décadas, reagindo ao processo de exclusão social de direitos sociais e educacionais, as populações do campo têm se organizado coletivamente para ter acesso

à escola e construir um projeto de educação diferente, com a identidade na cultura e na vida dos excluídos do campo.

Os estudos pioneiros acerca da relação MST e a Educação² encontram-se em Caldart e Schwaab (1991). As autoras analisam a questão da educação nas áreas de acampamentos e assentamentos no Rio Grande do Sul, e constatam que, existe uma história dentro da luta pela terra que ainda não foi contada. Segundo as autoras, é inovadora a valorização prática da educação nas lutas e movimentos populares e, em especial nas do meio rural. Destacam, ainda, como novidade, a organização coletiva dos pais, alunos e professores na luta por uma escola pública de qualidade para todas as crianças. (CALDART e SCHWAAB, 1991, p. 85)

Trajatória de Lutas e Mobilizações por educação no MST-BA

No Estado da Bahia, as lutas do MST pela terra e pela educação, desde 1985, percorrem a mesma trilha. Em cada ocupação realizada, uma escola é construída como resultado das lutas e mobilizações que o Movimento foi desenvolvendo ao longo da sua história.

Na região Extremo sul da Bahia, e no Movimento como um todo, a luta por educação escolar nos acampamentos e assentamentos assumiu o caráter de um movimento de reivindicação e, ao mesmo tempo, um processo de reinvenção e recriação da escola pública do campo. É uma forma de lutar fazendo.

Nesse processo de construção, parte-se inicialmente de pequenas demandas e necessidades elementares. No início das lutas por escolas, as reivindicações eram as mais elementares: liberação de professores, material didático, espaço físico para estudar.

As primeiras mobilizações por educação escolar na Bahia surgiram no início dos anos 90³. Naquela época, reivindicavam contratação de professores e merendeiras para os quatro assentamentos existentes: 1º de Abril, Riacho das Ostras, Corumbau e Três Irmãos.

² Outros estudos sobre o MST e a Educação pode ser encontrados em VENDRAMINI(1992, 2002) CAMINI(1997, 2009); MACHADO (2003) DALMAGRO(2010) ; PIZZETTA(1999); D'AGOSTINI (2009) ; ARAUJO (2000, 2007) entre outros....

³ O levantamento e descrição das lutas por educação escolar foram elaborados tomando-se por base documentos produzidos pelo setor de educação do MST/BA e depoimentos dos participantes das lutas.

Apesar das promessas do então prefeito e sua secretária de educação, as solicitações não foram atendidas. Em vista disso, a partir daquele momento, adotou-se durante as mobilizações por educação escolar, as mesmas táticas utilizadas nas ocupações de terra, ou seja, acampar em frente às prefeituras:

“Vendo que negociação através de comissões não estava surgindo efeito, juntamos todo povo dos outros assentamentos... ocupamos a prefeitura o Prado, estavam os pais, as crianças, jovens, essa ocupação teve repercussão estadual onde nós assentados ficamos com total controle da prefeitura. Ai que começa a oficialização das escolas, professores pagos, merendeira” (participante 01)

Durante esta mobilização foram apresentadas ao poder municipal as seguintes reivindicações: oficialização das escolas, contratação de professores de 1ª e 4ª séries, reforma das escolas que tinham sido construídas nos assentamentos, em forma de mutirão, pela própria população e equipamentos para a escola: cadeira, mesas, armários, mimeógrafo, quadro de giz.

O teor das reivindicações evidencia as precárias condições de funcionamento das escolas rurais da região, na época. Após a primeira mobilização por escolas, outras se seguiram com certa frequência, pois a conquista de novos assentamentos demandava novas lutas por escolas.

Ao levantar e organizar as pautas e documentos apresentados às prefeituras do extremo sul, pode-se perceber que, durante os anos de 1990 a 1993, as reivindicações apresentadas aos poderes municipais, pelas comissões de assentados, referiam-se quase que exclusivamente a itens relativos à instalação e funcionamento das escolas construídas pelas populações acampadas e assentadas, demandas de criação de novas escolas, visando a ampliação do nível de escolaridade para os quatro últimos anos do ensino fundamental e de atendimento à população de 0 a 6 anos; demandas para a construção de novas unidades escolares para atender a população em idade escolar, nos novos assentamentos conquistados;

Em dezembro de 1994, uma comissão de professores, juntamente com pais, fez um levantamento nos vários assentamentos da região e detectou a existência de um alto número de crianças, adolescentes e jovens que já haviam terminado as séries iniciais (1ª a 4ª) durante o período de 1988 a 1994, mas que não estavam tendo oportunidade continuar os seus estudos, devido à não instalação das séries finais do ensino fundamental.

Deu-se início ao ritual: em primeiro lugar, enviavam documentos contendo as reivindicações educacionais aos órgãos públicos. Diante das constantes negativas das prefeituras municipais em instalarem salas de aula para o funcionamento de 5ª a 8ª séries nos assentamentos, a população e a direção do MST/Bahia resolveram levar as reivindicações a outras instancias governamentais: Estado e União. Para pressionar essas instâncias governamentais, organizaram-se duas mobilizações estaduais, durante os meses de abril e setembro de 1995.

Durante as mobilizações, ocupou-se o INCRA, em Salvador, durante trinta dias. Nesse período, foram realizadas várias reuniões com representantes dos poderes públicos estaduais e federais, ficando acordado que, tanto o Governo do Estado (através da Coordenação Estadual da Reforma Agrária - CORA), como o INCRA, construiriam escolas nos seguintes assentamentos: Beira Rio, União, Paixão, Nova Dely, Três Irmãos, Palmares, Wanda, Nova Suíça e 4045.

Um informe do MST/BA sobre os resultados das mobilizações estaduais e negociações com Governo de Estado, em 1995, atesta a mudança das instâncias que foram objetos de pressão popular.

O governo do estado encaminhará a decisão imediata sobre a construção de escolas em onze áreas de assentamentos. O INCRA fará tomada de preços para construir escolas nos demais assentamentos, em 1996: juntamente a essas conquistas específicas o documento aponta outras: energia elétrica, telefones, poços irrigação, estrada, créditos, sementes, emissão de posse, desapropriação, assistência.(Informe MST, fev/96).

Neste sentido, as reivindicações por escolas fazem parte de um conjunto de serviços vinculados à melhoria da infra-estrutura necessária ao funcionamento dos assentamentos como um todo. Este informe mostra também, que as reivindicações por educação escolar não estão isoladas das demais necessidades das famílias assentadas e acampadas: crédito, estradas, desapropriações, enfim, das condições necessárias a vida digna do campo, fazendo parte e integradas à luta pela reforma agrária, entendida num sentido amplo.

O quadro a seguir sintetiza a trajetória das mobilizações realizadas pelo MST na década de 90 no Extremo sul da Bahia

QUADRO 01- Resumo das mobilizações por escolas realizadas pelo MST na década de 1990.

Município e data	Assent. E acamp. mobilizados	Instancia pressionada	Tática de mobilização e pressão	Tipo de reivindicação	Conquistas obtidas
Prado 06/1994	1º de Abril, Riacho da Ostras, Guairá, Trás Irmãos, Modelo, Rosa do prado, Corumabau	Prefeitura	Acampamento na praça principal da cidade.	Ampliação do atendimento escola para a faixa de 11 a 14 anos. -equipamentos e materiais didáticos . -Infra- estrutura (reformas e construção de prédios escolares.	-Materiais didáticos para as escolas existentes.
Alcobaça/ Fev/95	4045	Prefeitura	Passeata na cidade	- Ampliação do atendimento escolar para a faixa de 11 a 14 anos e educação infantil. -Formação dos professores e permissão para participação nos eventos do MST. -Infra estrutura e construção de prédios escolares	-Materiais didáticos -Formação dos Professores e participação nos eventos do MST.
Prado/ março /95	1º de Abril, Riacho da Ostras, Guairá, Trás Irmãos, Modelo, Rosa do prado, Corumabau	Prefeitura	Passeata na cidade -Panfletagem	- Ampliação do atendimento escola para a faixa de 11 a 14 anos e educação infantil. -Infra estrutura reforma e construção de prédios escolares. -equipamentos e materiais didáticos. -Formação dos professores, participação em eventos. direito a substituição para realização de estudos dos professores. -Transporte escolar para alunos do Ensino médio.	-Materiais didáticos -Formação dos Professores e participação nos eventos com direito a substituição. - Transporte escolar para alunos do Ensino médio.
Mobilização estadual Abril95	Todos os assentamentos e acampamentos vinculados ao MST no Estado.	INCRA e do governo do estado.	Ocupação da sede do INCRA em Salvador	Desapropriações, Créditos para produção, postos de saúde, estradas, crédito habitação, -Construção de prédios escolares.	Créditos, postos de saúde, credito habitação, construção de prédios escolares.
Prado Março/98	1º de Abril, Riacho da Ostras, Guairá, Trás Irmãos, Modelo, Rosa do prado, Corumbau	Prefeitura	Ocupação da prefeitura e da praça municipal.	Ampliação do atendimento escola para a faixa de 11 a 14 anos e educação infantil -equipamentos e materiais didáticos .	Ampliação do atendimento escolar para a educação infantil. -equipamentos e materiais didáticos

			Aula publica	-Infra- estrutura (reformas e construção de prédios escolares.	
Jucuruçu Abril /98	Ass. Nova Dely	Prefeitura	Ocupação da prefeitura e da praça municipal. Aula publica	Ampliação do atendimento escolar para a faixa de 11 a 14 anos e educação infantil. -equipamentos e materiais didáticos.	-equipamentos e materiais didáticos.
Mucuri Abril /98	Asst. Paulo Freire	Prefeitura	Passeata Ato público na praça	Atendimento escolar para a faixa de 11 a 14 anos e educação infantil. -Infra estrutura (reforma e construção de prédios escolares. -equipamentos e materiais didáticos. Contratação dos professores -Transporte escolar para alunos do Ensino médio. Certificação da escolaridade aos alunos que estudaram no acampamento	Equipamentos e materiais didáticos; -Transporte escolar para alunos do Ensino médio.
Mucuri Jun /98	Asst. Paulo Freire	Prefeitura	Marcha do assentamento à sede do município Aula publica Passeata na cidade	Atendimento escolar para a faixa de 11 a 14 anos e educação infantil. -Infra estrutura (reforma e construção de prédios escolares. -equipamentos e materiais didáticos. Contratação e formação dos professores Certificação da escolaridade aos alunos que estudaram no acampamento	- Contratação dos professores - Certificação da escolaridade aos alunos que estudaram no acampamento; - Contratação e formação dos professores
Alcobaça Maio/98	Ass. 4045	Prefeitura	Boicote as aulas ministradas no prédio da escola .	Troca do diretor/gestor da escola	Troca do diretor/gestor da escola

Fonte - quadro construído com a consulta aos documentos como: pautas de reivindicações e atas de negociações entre o MST e os gestores municipais e estaduais.

Os documentos pesquisados evidenciam que, durante os anos de 96 e 97, as mobilizações por escolas arrefeceram no extremo sul da Bahia. É possível que duas ordens de fatores sejam responsáveis pelo desaquecimento das manifestações públicas. Como razões de ordem interna, podem-se apontar a priorização e o fortalecimento da organização interna do movimento, envolvendo ações do tipo: formação dos núcleos de educação nos assentamentos, formação de educadores, organização das crianças assentadas, que culminou com o 1º Encontro Regional dos Sem Terrinha. Segundo depoimentos, durante esse período foi possível trabalhar de uma maneira mais clara e organizada, a participação das crianças nas atividades do MST.

Um segundo fator, refere-se às razões externas e convém lembrar que, durante o ano de 96, em virtude das eleições municipais, houve mudanças nas gestões das prefeituras da região. Sendo assim, os documentos consultados revelam que foram realizadas várias negociações nos diferentes municípios, entre as comissões de assentados e prefeitos, sendo que estes últimos, por terem sido recém empossados, pediam tempo para “*arrumar a casa*” e comprometiam-se com as pautas apresentadas, várias vezes reiteradas.

Embora não havendo grandes mobilizações populares, os documentos consultados, datados de 1997, revelam a existência de formas de cobranças por parte dos setores organizados do Movimento, feitas através de ofícios entregues por comissões de representantes dos vários assentamentos, aos poderes municipais.

Em 1998, reiniciaram-se as mobilizações por educação escolar, em quatro municípios da região do extremo sul: Prado, Alcobaça, Jucuruçu, Mucuri.

Através dos dados sistematizados pode-se constatar também que:

a) As mobilizações realizadas a partir de 1998 renovam as reivindicações para construção e equipamento de novas unidades escolares, visando a escolarização de crianças de 0 e 6 anos e 7 a 14 anos;

b) As populações assentadas agregam às anteriores a reivindicação e escolarização para o grupo de jovens e adultos e o transporte escolar para o acesso ao ensino médio, nas escolas urbanas;

c) Procuram garantir certificação da escolaridade para o ensino oferecido nas escolas existentes nos acampamentos e que ainda não tinham sido oficializadas pelos órgãos públicos;

d) Pela primeira vez, surge uma mobilização para questionar formas de gestão escolar contrárias aos princípios do Movimento.

Principais Formas de Pressão e Negociação

Ao longo dos dez anos de mobilizações, o Movimento foi desenvolvendo uma série de táticas de organização e pressão. Inicialmente, as formas mais adotadas eram: a negociação, a ocupação de prefeituras e acampamentos em praças públicas. Durante as mobilizações de 1998 mantiveram as mesmas formas de organização e pressão adotadas nos períodos anteriores. Contudo, a partir destes anos, novas formas foram criadas.

Uma breve descrição de cada uma destas táticas revela o nível de envolvimento político, a criatividade e a organização interna atingida.

Quanto às **negociações**, essas são precedidas de um levantamento de carências realizadas nos diferentes acampamentos e assentamentos. Feito isso, elabora-se uma pauta de reivindicações, encaminhada através de ofícios aos órgãos públicos. Concede-se um prazo, e quinze dias após, uma comissão volta, para cobrar o atendimento das pautas enviadas.

Os representantes dos poderes públicos e comissões de sem terra tentam encaminhar reuniões de negociação que, às vezes, transcorrem num clima pacífico, outras vezes, em clima tenso, como mostra o depoimento de um assentado, por ocasião de uma negociação na Prefeitura de Jucuruçu, com secretários municipais, que propôs enviar móveis e equipamentos velhos para escola do assentamento Nova Dely. Segue trecho de relatório desta reunião:

“Seu Dete, morador do assentamento interrogou os secretários: o que fizeram com aquela ponte que vocês receberam dinheiro do INCRA para fazer uma nova e vocês não fizeram, só reformaram? O secretário respondeu: "vocês queimaram." Então, disse seu Dete: é o mesmo que vamos fazer se vocês mandarem equipamentos velhos para nossa escola, porque lixo é para ser queimado, nós e nossos filhos somos cidadãos desse município, então precisamos de respeito e temos direito à uma escola e um assento decente para poder estudar...” (relato feito pela participante 02)

A **ocupação** de prefeituras (prédios públicos) constitui uma tática utilizada pelo MST, não apenas para reivindicar escolas, mas também para apresentar outras reivindicações aos órgãos públicos. Consiste no ingresso e tomada dos vários setores de uma repartição pública, interrompendo seu funcionamento, como mostra o depoimento a seguir, de um dos assentados:

Na sede desse município nunca tínhamos feito uma mobilização, **chegamos e tomamos conta da prefeitura e todas as secretarias**, exigimos a presença do prefeito, ele não estava, tinha viajado para Salvador, a 1.000 km de distância. Os responsáveis pela prefeitura chamaram a polícia, quando o capitão chegou, ele localizou o prefeito, que nomeou-o como seu negociador (grifos nossos),

Já as **manifestações públicas**, objetivam esclarecer a opinião pública sobre a realidade dos assentamentos e acampamentos, denunciar a ausência de “serviços e direitos” e o não cumprimento, por parte do Estado, dos seus deveres e obrigações. Constituem formas públicas de pressão e têm assumido as mais variadas formas: distribuição de panfletos, passeatas, aulas públicas, acampamentos em praças públicas, marchas e outras. A partir de 1998, introduziram-se inovações: **a aula pública** e as marchas do assentamento até a sede do município. Os depoimentos abaixo mostram como se desenvolve a aula pública:

“Paralelamente às negociações realizamos aulas públicas: a gente instala as escolas, acampamos, e inicia-se a aula ali mesmo, na rua, explicando à população que nos ouve, os problemas e carências das escolas dos assentamentos”. (participante 02).

Além da participação das crianças nas aulas públicas, em meados da década de 1990, as crianças também foram incluídas nas comissões de negociação com prefeitos e secretários.

Nesse sentido, a luta pela escola parte da realidade histórica onde as crianças são sujeitos ativos, sendo impossível ignorar sua presença. Caldart ressalta a importância desse envolvimento como aprendizagem política:

“o primeiro lugar ocupado pelas crianças foi como testemunhas da luta de suas famílias, ou seja, estavam lá e acompanhavam, sofriam, o desenrolar dos fatos de cada ocupação, acampamento, assentamento (...); o segundo lugar foi da percepção de suas presenças, e esta exigindo atenção específica, ou seja, a inclusão da luta pela escola na luta pela terra (...) e o terceiro lugar é o que está sendo construído ou conquistado pelas crianças sem terra ou sem terrinha identificando-os

como sujeitos sem terra – e parte efetiva da dinâmica do MST”.
(CALDART, 2000, p.p. 189/192).

No Extremo Sul da Bahia, as crianças sempre estiveram presentes nas mobilizações públicas por escola. Contudo, a partir de 1998, são incorporadas às comissões de negociação. A intervenção do participante 04, com apenas 11 anos de idade, na negociação com prefeito e secretária de educação do Município de Mucuri, quando os dois propuseram que as crianças do assentamento viessem estudar na cidade, e que colocariam um ônibus à disposição, revela sua condição de negociador firme, quando argumentou:

“Prefeito, não tem sentido conquistar a terra e depois sair para ter de estudar fora; além disso, as crianças da cidade têm vida diferente da nossa. Muitos de nós vamos ter que ir para escola com roupas rasgadas e sandálias de dedo, sendo uma de correia verde e outra preta, como estou aqui agora. Nós vamos servir de mangação para outras crianças e nós não vamos agüentar mais tanta humilhação. Bastam os nossos pais que já foram humilhados e explorados a vida inteira.”

A secretária de educação do município, que acompanhava a negociação, interveio perguntando o que o garoto entendia por exploração, ao que ele respondeu:

“Exploração é tudo que fizeram com a minha família até pouco tempo e o que fazem com um monte de trabalhadores por aí. Olha meu pai, meus irmãos, minha mãe e eu trabalhávamos o dia inteiro na roça de cacau para receber um dinheiro que só dava para comprar osso, farinha e feijão para comer. Eu e meus irmãos não tínhamos direito de ir à escola, isso é exploração ou não? (participante 04)⁴

O depoimento acima, além de reafirmar a participação das crianças como sujeitos conscientes de seus direitos, permitem analisar e identificar dois aspectos relevantes: o primeiro refere-se à maturidade na escolha do espaço onde desejam estudar, valorizando tanto a conquista da terra como da escola; o segundo aspecto é a capacidade de argumentação deste adolescente trabalhador rural, expressando coerência e clareza política. Uma coerência que é fruto da experiência histórica coletiva, que se traduz na certeza de que pode ter acesso a direitos que lhes foram negados e no direito de “*não ser discriminado*”, por assumir sua condição social de assentado e trabalhador do campo. O quadro abaixo mostra os resultados das mobilizações por municípios:

⁴ Depoimento colhido e gravado durante reunião de negociação, em julho/98.

Quadro 02 - Escolas conquistadas e existentes nos assentamentos da Região Extremo Sul.

Município	Assentamento	N.º Escolas	N.º Professores	N.º Alunos	Séries	Início/Funcionamento	Formas de pressão adotadas
Alcobaça	4045	06	12	545	Ens. Fund. I e II	1988 e 1996	Mobilização e Negociação
Mucuri	Paulo Freire	02	02	75	Ens. Fund. I	1998	Mobilização na Prefeitura, caminhada e ocupação
	Florestan Fernandes	01	01	25	Ens. Fund. I	1999	Mutirão e Trabalho voluntário
Itamarajú	Bela Vista	01	06	250	Ens. Fund. I e II	1999	Doação Adm. Italiana
	Corte Grande	01	05	95	Ens. Fund. I e II	1986 e 1998	Negociação e Mobil. INCRA
	Goiânia*	01	01	96	Ens. Fund. I	1999	Negociação e Mutirão
Prado	1º de Abril	01	01	56	Ens. Fund. I	1990	Mobilização
	Riacho das Ostras	02	03	190	Ens. Fund. I	1988	Mobilização
	Corumbau	02	02	108	Ens. Fund. I	1989	Mobilização
	Guaira	01	01	40	Ens. Fund. I	1986	Negociação
	3 Irmãos	01	06	107	Ens. Fund. I e II	1989	Mobilização
	Modelo*	01	01	31	Ens. Fund. I	1990	Mutirão
	Rosa do Prado	03	06	296	Ensino Fundam. I	1994	Mobilização pelo Material e construção dos pais para construção
Porto Seguro	Chico Mendes	01	02	82	Ens. Fund. I	1999	Mutirão e negociação
	Terra Nova	01	02	52	Ens. Fund. I	1998	Negociação
Jucuruçu	Nova Dely	01	04	82	Ens. Fund. I e II	1998	Mobilização
Total		26	55	-	Fund. I - 21 Fund. II - 5	-	-

Fonte: Setor de Educação MST-BA abril/2000

Os dados da pesquisa evidenciam que em abril/ 2000, existiam nos assentamentos e acampamentos da região, 26 escolas; destas, 12 foram conseguidas através de mobilizações, 13 com negociação, uma com doação⁵ de uma administração municipal italiana. Como se observa na tabela 01, os dados não assinalam mobilizações nas prefeituras de Itamaraju e Porto Seguro. As razões identificadas nas entrevistas

⁵ Essa doação aconteceu quando da visita de prefeitos italianos ao ainda acampamento Bela Vista. Na oportunidade os mesmos foram recepcionados pelas crianças que ofereceram para comer o melhor que tinham: milho cozido, aipim, café. Com bastante emoção, perguntaram quais eram os sonhos das crianças, tinham, presentes que gostariam de ganhar e todas responderam numa só voz: **uma escola**.

evidenciam que as negociações realizadas através de comissões nesses municípios, foram até aquele momento, suficientes, não havendo necessidade da utilização de outras formas de pressão massiva.

As construções dos prédios escolares efetuadas pelo governo do Estado possuem um bom padrão de qualidade, em muitos casos, superando o das escolas oficiais do meio urbano. Entretanto, suas condições de funcionamento ainda são precárias, possuem o básico para funcionamento: carteiras, quadro de giz, poucos materiais didáticos e cozinha equipada. Mas não possuem equipamentos como: armários, arquivos, bibliotecas, exceto nos assentamentos 4045, Três Irmãos, Bela Vista e Corte Grande. Em tais casos, a implantação das mesmas deveu-se à iniciativa do setor de Educação do MST que, juntamente com os professores, vêm realizando campanhas de doação de livros, prateleiras, mesas junto à população urbana (estudantes, professores, sindicatos e outros).

Quanto ao atendimento à população de 7 a 11 anos, a pesquisa realizada nos acampamentos/assentamentos não identificou a existência de crianças fora da escola. Contudo, observou-se a existência de um sério problema em relação à distorção idade/série. Nesse sentido, não fogem ao padrão da maioria das escolas do campo no Brasil. Em todo o Estado da Bahia, desde as séries iniciais do ensino fundamental, cerca de 41,4% dos alunos matriculados nas escolas públicas baianas estão com idade superior à série que cursam. Esta questão se reflete nas demais séries, fazendo com que esses alunos cheguem às séries finais do ensino fundamental com uma defasagem acima de 56% em todo o Estado.

Não se pode negar que as condições educacionais ainda estão deficitárias, mas as conquistas têm sido significativas para os homens e mulheres sujeitos desta luta.

Assim ao finalizar este trabalho sobre as lutas do MST pelo direito à escola na década de 90 do século XX, tal década escolhida pelos organismos Internacionais como a **DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA TODOS**, só se efetivou no campo brasileiro, **PARA TODOS AQUELES QUE LUTARAM.**

Referências

CALDART, R. SCHWAAB, B. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In: GORGEN, S.; STEDILE, J. P. (org.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991.

- BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- CALDART, R. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CAMINI, Isabela. O cotidiano pedagógico dos educadores em escola de Assentamento. **Dissertação de Mestrado**. UFRS, 1998.
- CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. Rio de Janeiro: Loyola, s.d.
- KOLLING, Edgar. MOLINA, C.M. **Por uma educação básica no campo**. Brasília, 1999. n.º 1.
- MST, **Como fazer a educação que queremos**. Caderno de Educação. Porto Alegre, n.º 1, 1992.
- _____. **Princípios filosóficos e pedagógicos da educação no MST**. São Paulo, 1998.
- NETO, Luiz Bezerra. **Sem-Terra – Aprende e Ensina**. São Paulo: Cortez, 1999.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- SPOSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda: A luta por educação nos Movimentos Populares**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**, Loyola.
- VENDRAMINI. C. R. **Ocupar, resistir, produzir – MST: uma proposta pedagógica**. **Dissertação de Mestrado**. UFSCAR, 1998.

RESUMO

O estudo teve como propósito investigar as lutas e mobilizações pelo acesso à escola realizadas pelos trabalhadores rurais sem terra na região do Extremo Sul da Bahia, na década de 1990 do século XX, década esta assumida pelos organismos internacionais como a década da educação para todos. Como referência teórica ancorou-se nos trabalhos que discutem as lutas pelo direito à escola na cidade, tais como Spósito (1993), Campos (s/d) e mais recente os pesquisadores da educação do campo como: Caldart(2000), Vendramini (2002, 1998, 2007) dentre outros. Para a coleta dos dados, utilizou-se entrevistas com os participantes, consulta a documentos, pautas, relatórios, jornais, panfletos. Os resultados obtidos indicam que, as lutas não se encerram na conquista da escola, mas caminha junto com a construção de um projeto alternativo de escola do campo. Neste sentido, apontam para o redirecionamento da construção de uma escola que foi tradicionalmente orientada para um modelo de escola urbana, excludente, divorciada do trabalho e da produção da existência no campo, para uma perspectiva de escola que contribua para enfrentar as contradições existentes na produção da vida no campo.

Palavras-Chave: Lutas sociais; Educação do campo; MST.